

N.º 8/2022

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2022**

-----Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alvaiázere, edifício da Casa da Cultura, pelas dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os Senhores Membros eleitos: Carlos Manuel Rosa da Graça (Partido Social Democrata), Ana Paula Alves Ferreira (Partido Socialista), Sandrina Marques Pais Pedrosa (Partido Social Democrata), Ana Maria Nunes Rodrigues (Partido Socialista), Bruno Guilherme Parreirão Furtado Simões de Sousa (Movimento Vamos Alvaiázere), António Simões Ribeiro (Partido Social Democrata), Susana Alexandra Teixeira Rosa (Partido Socialista) Fábio Manuel Pachon David (Partido Social Democrata), Maria Fernanda Ferreira Tiago Gomes (Partido Social Democrata), Fernanda Freire Simões Alves (Partido Socialista), Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição (Movimento Vamos Alvaiázere), Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa (Partido Social Democrata), José de Freitas Simões (Partido Socialista), José Nunes Rosa (Partido Social Democrata), Armindo Miguel Conceição Gonçalves (Partido Socialista) e, ainda, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, David Marques do Carmo (Partido Social Democrata), Alvaiázere, Vítor Manuel de Barros Joaquim (Partido Social Democrata), Maçãs de D. Maria, Eduardo Laranjeira Carvalho (Partido Social Democrata) Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Pelmá Mais e Melhor) e Pussos São Pedro, Paulo Sá Oliveira (Partido Socialista).-----

-----Não compareceu à sessão o Senhor Deputado José Ferreira Mendes, por motivo de doença, sendo substituído pela Senhora Deputada Ana Maria Nunes Rodrigues. Também a Senhora Deputada Leonor Silva Matias foi substituída pelo Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves. A Senhora Deputada Leandra Marina Martins Garcez não esteve presente, tendo solicitado substituição pela Senhora Deputada Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição. Todas as substituições foram atendidas em face do legalmente estipulado e vertido no Regimento em vigor.-----

-----Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal João Paulo Carvalho Guerreiro e os Senhores Vereadores Ana Catarina Vaz Pinheiro de Furtado Faria e Carlos José Dinis Simões, Abílio Miguel Marques Carvalho.-----

-----Passou-se ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, dando início à Assembleia Municipal, agradecendo a presença de todos. Cumprimentou o excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados e o Senhor Comandante dos Bombeiros.-----

----- **Ponto 1 – Apresentação de expediente.**-----





-----O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra à Senhora Primeira Secretária para dar a conhecer a correspondência recebida. -----

-----A Primeira Secretária deu nota da receção de três jornais, referindo estarem os mesmos disponíveis para consulta, caso assim o pretendessem. Nada mais havendo a tratar ou a apresentar, passou-se ao ponto seguinte. -----

----- **Ponto 2 – Outros assuntos.** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa começou por referir que, neste ponto, seriam discutidos os incêndios do último mês de julho e que, para tal, haviam sido convidados os Senhores Comandantes dos Bombeiros e da Guarda Nacional Republicana, que prontamente demonstraram disponibilidade para estarem presentes. No entanto, o Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana não tinha podido estar presente por motivos de força maior.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença ao Senhor Comandante dos Bombeiros de Alvaiázere e passou-lhe a palavra para que este fizesse uma breve exposição sobre o sucedido no passado mês de julho. -----

-----O Senhor Comandante dos Bombeiros Bruno Gomes começou por agradecer o convite e cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua apresentação referindo que o concelho de Alvaiázere tinha sido assolado por dois grandes incêndios, em Almoester e Pelmá, embora estatisticamente, não tivesse tido origem no nosso concelho, acabaram por fustigar uma grande área de duas freguesias. Reforçou que, dado que os incêndios não terem tido início em Alvaiázere, o Comando responsável pelos mesmos não era o de Alvaiázere, o que causou alguma dificuldade em meios operativos. Assim sendo, os Comandos responsáveis não tinham conhecimento tão aprofundado sobre as especificidades do terreno. Além disto, tratavam-se de incêndios provenientes de dois distritos diferentes, comunidades regionais distintas, o que implica Comandos de Bombeiros diferentes. O de Alvaiázere pertence à Região Centro e o de Ourém a Lisboa e Vale do Tejo, o que leva a que a dispersão de meios fosse muito favorável ao incêndio de Ourém, em detrimento do incêndio de Alvaiázere. Enquanto Comandante, realçou que sentiu falta de apoio por parte do Comando Distrital de Leiria, tendo sido ajudado por outros distritos. Dia 9 foi solicitado ao Presidente da Câmara de Alvaiázere o acionamento do Plano de Emergência para facilitar a projeção de meios e de logística, apoio diferenciado a nível nacional e internacional, nomeadamente estruturas militares e estruturas da ANEPC para auxiliar nos incêndios que estavam a decorrer. No entanto, referiu que a estrutura militar solicitada para Alvaiázere, no âmbito do plano de emergência ativado, tinha sido enviada para Ansião. No dia 10 houve a constituição de um posto de Comando em Alvaiázere, no Parque Multiusos, cujo COS (Comando de Operações de Socorro) era assegurado pelo Comandante Bruno Gomes por haver dois incêndios ativos que, no dia seguinte, eram dados como extintos e em fase de resolução. No dia 12, dado o estado de emergência, o aumento da temperatura e o alerta vermelho, a ANEPC entendeu dispersar meios para outros distritos, desprotegendo o concelho de Alvaiázere. Com o aumento das temperaturas e ventos fortes, quer em Pelmá, quer em Almoester, a prioridade tornou-se a de salvar as pessoas, em vez de atacar zonas florestais.



O Senhor Comandante aproveitou para louvar o trabalho feito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia afetadas, bem como das populações, nomeadamente no apoio dado na evacuação de pessoas e toda a logística inerente. A população de Pelmá foi acolhida no GOFOA (Pelmá), enquanto os moradores evacuados de Almoester vieram para o Pavilhão Gimnodesportivo de Alvaiázere. Reforçou ainda que, felizmente, não houve vítimas a registar à exceção de um bombeiro que se feriu durante o combate na freguesia de Almoester. Ressalvou que os bombeiros de Alvaiázere deram o seu melhor para proteger a população. Referiu que, ainda hoje, ficava emocionado, ao passar nos lugares assolados pelo fogo. Terminando a sua intervenção, mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento.-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que entendia o sentimento de tristeza sentido pelo Senhor Comandante quando passava pelos locais devastados. Reforçou ainda que, ficava sempre uma sensação de insegurança e o que não se apagava desses incêndios era precisamente a parte psicológica. Lamentou a ausência do Comandante da Guarda Nacional Republicana, considerando que o papel da GNR era fundamental e que, à semelhança dos Bombeiros, tinham sido incansáveis. Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa questionou os Senhores Deputados se alguém pretendia usar da palavra.-----

-----O Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David solicitou a palavra, sendo-lhe a mesma concedida. Começou por cumprimentar todos os presentes e, em nome do grupo parlamentar do PSD, agradecer aos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, à população em geral e todas as instituições envolvidas que a Câmara elencou na sua informação e à Câmara Municipal. O Senhor Deputado considerou também que este seria um momento de reflexão, à semelhança do que aconteceu com a crise pandémica. Nestes momentos, todas as diferenças tinham que ficar de lado e o importante era a entreeajuda que prevalecia e as inúmeras iniciativas levadas a cabo, independentemente do seu partido, cor, raça, etc. Reforçou ainda que, quando falava em momento de reflexão, era sobretudo falando de prevenção, que tínhamos que estar mais bem preparados para evitar que erros do passado se repetissem. Terminou a intervenção, salientando a força das populações e a necessidade de formar e sensibilizar.-----

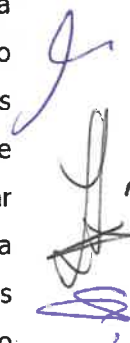
-----O Senhor Presidente da Mesa cedeu a palavra à Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Expressou, em nome do grupo parlamentar do PS, toda a gratidão aos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere e todas as forças que combateram ativamente os incêndios, nomeadamente presidentes de Junta, populares anónimos, população residente, associações e todos os que tiveram um papel preponderante no combate aos incêndios que atingiram o nosso território. Referiu que o que depreendeu da intervenção do Comandante Bruno Gomes tinha sido a descoordenação manifesta dos meios no terreno, devido à responsabilidade que era atribuída por zona, o que merecia uma reflexão por parte das autoridades competentes.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Deputado José Freitas Simões que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, dando os parabéns ao Senhor Comandante e aos Bombeiros Voluntários. Relativamente ao assunto em discussão, o



Senhor Deputado deu nota de um agradecimento duplo ao Senhor Comandante e aos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere pelo esforço que tiveram no período dos incêndios e, em segundo lugar, agradecer ao Senhor Comandante pelo facto de se dispor a estar presente na sessão da Assembleia Municipal. De seguida, o Senhor Deputado José Freitas Simões dirigiu-se ao Senhor Comandante com uma questão que se prende com obras de saneamento a decorrer e, embora saiba que o dono da obra não era a Câmara Municipal, mas que a ela competia autorizar obras na via pública. Durante o período crítico dos incêndios, uma das artérias da Freguesia de Mações de D. Maria estava ocupada não só por um buraco, mas também ocupada por uma máquina durante uma semana inteira sem quaisquer trabalhos feitos. Na altura, o Senhor Deputado dirigiu-se à Câmara Municipal, apesar de não ser obra direta da Câmara, mas a situação revestia-se de alguma perigosidade e solicitou que fosse resolvido, o que se verificou. No entanto, o Senhor Deputado pensa que estas situações não deveriam necessitar do reparo dos municípios. Tendo em conta o período crítico que se estava a atravessar, não via a pertinência de ter, durante uma semana, a via interrompida. O Senhor Deputado José Freitas Simões questionou ainda o Senhor Comandante dos Bombeiros acerca das bombas de incêndio junto aos aglomerados populacionais, pretendendo saber se existindo as bombas de incêndio, estas foram ou não utilizadas.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa passou novamente a palavra ao Senhor Comandante, que começou por responder à Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira dizendo que o zonamento era um problema nos Bombeiros porque se perdia o Comando das Operações. Consoante as fases do incêndio, ia havendo a injeção de meios no teatro de operações e conforme o número de bombeiros nesse teatro de operações chegava-se a certa altura em que o fogo era comandado pelas estruturas da ANEPC. O Comandante considera que este é um problema antigo nas estruturas porque os bombeiros não têm um comando próprio a nível nacional, sendo um problema com que a Liga se combate atualmente, uma vez que os bombeiros são a única força de Proteção Civil, e a maior, que não dispõe de um comando próprio. Neste caso, sendo um incêndio de outro concelho, o comando começa com o Comandante do concelho do ponto de origem. No incêndio de Ansião era o comando de Ansião, no incêndio de Ourém o comando de Ourém. Quando houve os dois incêndios no nosso concelho, conseguiu-se que houvesse em Alvaiázere um posto de comando, que obteve sucesso, sendo os incêndios dados como resolvidos. Depois foi desmantelada esta cadeia de comando, o comando passou novamente para Ansião e para Ourém e Alvaiázere deixou de fazer parte do que era o comandamento direto do incêndio. O Comandante salienta que esta é uma questão que não é municipal, mas sim da Proteção Civil. Agradeceu ainda à Senhora Deputada os agradecimentos que fez aos bombeiros. Posto isto, o Senhor Comandante dirigiu-se ao Senhor Deputado José de Freitas Simões, por forma a prestar esclarecimentos. Começou por dizer que, em relação à máquina, estava-se em alerta vermelho lançado em Portugal pelo que era proibido em espaços florestais operar qualquer maquinaria. Quanto à ocupação da via, o Senhor Comandante explicou que era dado conhecimento quer aos Bombeiros, quer à GNR de todas as vias



alternativas. Relativamente à questão dos pontos de água, o Senhor Comandante referiu que, hoje em dia, estes não tinham grande eficácia naquilo que são os combates a incêndios nos carros de bombeiros porque estes carros, atualmente, estavam equipados com tanques de 3000 litros e 5000 litros. Antigamente, ou não tinham água e era o trabalho feito por batedores manualmente, ou então eram tanques de 500 litros e, aí sim, essas redes de pontos de água rapidamente enchiam um carro, que era atestado por cima. Hoje em dia, os carros eram atestados por baixo e acabaria por ser a pressão da água do carro a ejetar água na rede e não o contrário. Hoje existiam os autotanques cuja água vinha de pontos que conseguem abastecer os mesmos rapidamente. Existem no concelho dois pontos de água com grande capacidade para abastecimento, estão em processo três tanques para grande capacidade de água para colmatar necessidades existentes. O Senhor Comandante acrescentou que a água que fornece os pontos de água é a água da rede, que fornece as casas das pessoas, que muitas vezes com mangueiras ajudam a atenuar o fogo, pelo que acha preferível essa água ficar nos ditos pontos de água. Se os tanques forem abastecidos nesses pontos, a água vai faltar em casa das pessoas. -----

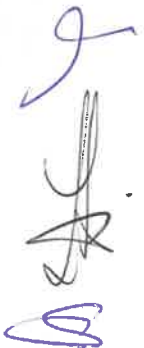
-----O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Deputado Bruno Guilherme Parreirão Furtado Simões de Sousa que começou por cumprimentar os presentes, dirigindo-se de seguida ao Comandante dos Bombeiros para o parabenizar, agradecendo também a todos os elementos da Proteção Civil envolvidos. Não querendo pronunciar-se muito sobre o tema, a questão de zonamento, para o Deputado, era uma falsa questão. A verdadeira questão era uma estrutura da ANEPC politicamente institucionalizada. Achava, ainda, pertinente a intervenção do Senhor Comandante Bruno Gomes sobre o que aconteceu. Relativamente ao que aconteceu era relevante saber como é tinha acontecido, quais tinham sido as medidas tomadas para evitar o alastramento dos fogos florestais. Na opinião do Senhor Deputado, os incêndios florestais servem para se refletir, para se pensar. Seria importante criar uma comissão que olhasse para o que aconteceu e que pensasse o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios como documento obrigatório, não tratando o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios como uma obrigatoriedade, mas como uma ferramenta de gestão do território e de prevenção dos incêndios. Reforçou que estava na altura de gerir a nossa floresta de outra forma, em vez de pensar todos os anos onde é que vamos reforçar os meios de combate contra os incêndios. Era importante avaliar a vegetação do concelho, principalmente o eucalipto. Era desejável olhar para esta questão de forma assertiva. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção, salientando o Senhor Deputado tinha focado alguns aspetos que são fundamentais nesta problemática dos fogos. Referiu que se não fizessemos uma prevenção adequada e não utilizássemos as máquinas de rasto iria piorar. No incêndio de Pedrogão Grande já tinha sido tarde quando máquinas de rasto começaram a abrir caminhos. O Presidente questionou qual a razão pela qual não foram utilizadas as máquinas de rasto três meses antes para abrir esses caminhos. O Senhor Presidente percebeu o uso mais tardio porque as próprias máquinas eram utilizadas para



apagar o fogo, para limitar a progressão do fogo arrastando detritos que abafam o fogo. Reforçou ainda que faz sentido que nos preocupássemos muito com a prevenção e, depois, também com o combate. Podemos ter todos os meios de combate, no entanto, se não houver prevenção não é suficiente.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao senhor deputado Edgar Filipe Simões Duarte, líder da bancada "Pelmá Mais e Melhor". O Senhor Deputado começou por cumprimentar todos os presentes. Iniciou então a sua intervenção, dizendo e passa-se a citar que *"Na última Assembleia de Freguesia de Pelma, o Movimento Pelma Mais e Melhor apresentou a votação o voto de louvor, que foi aprovado por unanimidade e oportunamente fará chegar a todos os visados. Posto isto, e agradecendo novamente o apoio do Município, dos Bombeiros de Alvaiázere e da sua Associação Humanitária, das forças de segurança e o apoio das restantes Juntas de Freguesia, lembro que a Pelma teve, como aliás Almoester também deve ter tido um acréscimo na despesa devido ao incêndio, que vai desde combustíveis, alimentação, oficinas, etc., pelo que acho que seria importante um reforço financeiro a estas freguesias. Depois importa olhar o futuro, é necessário preparar as freguesias para aquilo que, infelizmente, passará a ser uma realidade cada vez maior e aí temos que fazer uma análise caso a caso, cada freguesia deve olhar o seu território e compartimentar. Quando digo compartimentar é criar uma malha usando caminhos existentes, criando zonas de extinção de incêndio. É necessário melhorar estes acessos já existentes para que veículos pesados possam conseguir entrar sem receio de ficarem encalhados. Como se viu, muitas foram as corporações de bombeiros que nos ajudaram e nenhuma delas tem conhecimento do nosso território ou da nossa realidade florestal. É ainda necessário motivar as populações, mas também as entidades oficiais, em particular os responsáveis pela Rede Natura. Não existe Rede Natura com o território queimado. É nosso entender que devíamos alargar o leque dos meios de combate, cada freguesia já tem um equipamento de combate a incêndios, mas creio que seria importante que o Município adquirisse mais equipamento. Não distribuindo um por cada freguesia, mas ter em stock para que aquela ou aquelas freguesias que estando numa situação destas pudessem ter à sua disposição mais um ou dois kits. Os equipamentos existentes, os que comprámos e os que conseguimos por empréstimo foram sem dúvida a diferença neste combate. A capacidade dos voluntários da Aldeia Segura e outros com conhecimento do terreno e das realidades foram um cavalo na guerra, libertando meios pesados para situações mais complexas. Uma outra preocupação é o amanhã. Vai ser difícil motivar as populações a continuarem a investir nos seus terrenos, nomeadamente no que toca às limpezas. Muitos foram aqueles que aplicaram as suas economias em contratação de pessoas e máquinas para terem os seus terrenos limpos e que agora estão pintados de preto. É preciso motivar as populações, é preciso apoiar-las para que o que nos bateu à porta nestes dias não volte ou encontre o dobro ou o triplo do combustível. Grande parte desta motivação terá de vir com apoios concretos para que as pessoas invistam nos seus olivais, nas suas vinhas e também na nossa floresta. A pouca receita que agora recebem os que têm madeira para vender não chega para motivar e animar de novo*



as nossas freguesias com gente que regressava para a apanha da azeitona, para as vindimas, para o corte esporádico do pinho ou do eucalipto. Os próximos anos serão difíceis para os migrantes das nossas freguesias que frequentemente chegam para acompanhar a evolução da floração do olival ou dar um olho na praga das uvas. Uma palavra também para as pessoas mais afetadas. Muitos foram aqueles que perderam a sua casa, todos eles de idade avançada, muitos deles numa situação já vulnerável e que veem a falta de apoio para a sua reconstrução uma morte anunciada. Mais ainda, foram aqueles que perderam os seus anexos de apoio à agricultura e os seus equipamentos. Não são agricultores registados, como pede o Governo, mas são aqueles alvaiaizerenses que continuam a negar a sua idade e que de manhã, bem cedo, se levantam para tratar dos seus animais, seguir para os campos e dar esta imagem de concelho ativo que vamos vendo aqui e ali. Não são casas de habitação, é certo, mas o que perderam é tão ou mais importante do que a sua casa. Para muitos, é impossível, sozinhos, voltarem a adquirir máquinas agrícolas e reconstruir aquilo que era o seu trabalho, ou melhor dizendo, o seu hobby. É preciso preparar-nos e preparar o nosso território para situações desta natureza. Hoje a Palmá e Almoester, amanhã uma outra freguesia. Por isso, não podemos baixar os braços, vamos arregaaçar mangas e colocar-nos ao trabalho. Cada vez mais vamos ter, e de forma mais frequente, estas condições climáticas. Os nossos proprietários vão-se desligando dos seus terrenos, alguns deles já não sabendo sequer onde ficam. E tendo sempre presente todas estas medidas ou outras equivalentes são processos morosos.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Palmá, demonstrando empatia com a situação. Acrescentou que considerava que o eucalipto, apesar do seu rendimento, em termos de fogos florestais, se tratava de uma bomba-relógio e que deveria haver ordenamento florestal, criando-se espaços com outro tipo de espécies mais resistentes, como o carvalho, o sobreiro e o castanheiro, por exemplo. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao Senhor Comandante dos Bombeiros para tecer algumas últimas considerações. O Senhor Comandante dos Bombeiros começou por dizer que o ordenamento da floresta em Portugal tinha que ser encarado como um problema nacional. Na sua opinião, em territórios como o nosso, em que a floresta tinha uma densidade muito grande só existia uma solução. Não se tratava de os proprietários perderem a posse dos seus terrenos, mas sim de perderem a gestão dos seus terrenos. Não se podia ter um pinhal ou um sobreiral implementado num território porque se achava que era, a nível ambiental, uma mais valia, e ter à volta desse sobreiral 40 ou 50 hectares de eucalipto ou espécies resinosas que ardem com bastante facilidade. O Senhor Comandante adiantou que o eucalipto era uma árvore de excelência. Tinha mais valias económicas para as populações, a nível de recuperação de dióxido de carbono, cerca de 75% superior à do pinheiro. As matas da Celbi e da Navigator não ardiam porque tinham estruturação, respeitavam as curvas do nível do terreno, tinham estradas ou estradões nas zonas circundantes, de tantos a tantos hectares, e tinham, ainda, equipas profissionais para o combate, em caso de necessidade, nos seus territórios. No entanto, estas matas eram feitas com regras, não eram utilizados os sete e oito



cortes, não se deixavam estar sete e oito rebentos em cada eucalipto. No máximo estavam dois rebentos, por onde passavam os meios onde eram criadas zonas de arejamento, onde pudessem passar, por exemplo, tratores para limpar o mato. Quanto aos nossos terrenos teria de haver uma gestão privada dos terrenos, deveria ser criada uma empresa, cuja gestão seria feita por técnicos, utilizando máquinas pesadas de grande capacidade de corte, grande capacidade de resolução, utilizando máquinas de rasto, máquinas de desbaste, utilizando grandes máquinas de limpeza de terrenos. O trabalho manual não poderia ser feito com roçadoras, porque não compensa o pagamento hora a hora, tinha que ser feito com máquinas que fazem dez ou quinze hectares num dia, se fosse preciso. Portanto, o terreno seria sempre do proprietário, que no final dos nove anos, o período do corte do eucalipto, teria muito mais dinheiro em mão, tinha a gestão anual dos terrenos, e o lucro que teria seria proporcional à área de terrenos seria em proporção à área de intervenção. Mais adiantou o Senhor Comandante dos Bombeiros que em certa altura se tentou implementar as ZIFs (Zonas de Intervenção Florestal), considera que esse modelo seria o modelo ideal, em que a empresa geriria todo bem criado naquela zona. Se, por exemplo, no terreno tivesse que passar uma estrada ou não pudesse ter uma zona sem árvores, a pessoa não se podia opor. A pessoa sabe que o terreno valia x e, se algum dia se quisesse desfazer do terreno, essa empresa cooperativa teria prioridade ou então poderia, particularmente, vender a quem quisesse. Todos os anos teria lucro sem risco, porque poderia arder aquela zona cujo terreno lhe pertencia, mas a zona, mais a norte ou mais a sul, não ardia e teria sempre algum lucro daquela área. Se passasse um incêndio num eucaliptal não existia ganho sequer para os madeireiros irem tirar a madeira. Na opinião do Senhor Comandante dos Bombeiros, esta seria a intervenção de fundo que deveria ser feita. No entanto, não podem ser programas-piloto para 10 ou 15 hectares, teria que ser para milhares de hectares, uma mancha contínua, para poder haver alguma eficácia naquilo que é a reflorestação, o ordenamento florestal, as boas práticas de gestão dos terrenos porque o eucalipto, como dizia o Senhor Presidente da Mesa, é uma bomba-relógio porque seca, cria muita erosão e tira muita humidade dos terrenos. Quanto à parte do combate, seria voltar a uma prática dos anos 80. Houve uma politização muito grande da parte da estrutura da ANEPC, antigamente a Proteção Civil chamava-se Serviço Nacional de Bombeiros, depois passou a ser Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e, depois, passou a ser Autoridade de Proteção Civil. Os Bombeiros desapareceram desta equação e, apesar, de estarem, deixaram de ser ouvidos. Não têm quem os represente nos *briefings*, não têm quem os represente nas ações de decisão. Os Bombeiros estão lá para o combate, perdendo alguma eficácia do conhecimento do terreno. Tem que haver um reforço da palavra Bombeiro na Proteção Civil. A Proteção Civil e os Bombeiros hoje estão entregues aos Municípios. Os Bombeiros não podem ser encarados como voluntários, têm que ser, cada vez mais, profissionais. A sirene não pode tocar e estar-se meia hora à espera que apareça alguém, porque as pessoas estão a trabalhar. Os Bombeiros têm que ser cada vez mais profissionalizados, têm que ser vistos como um benefício social, não podem ganhar o ordenado



mínimo como ganham, não podem estar entregues às associações. Por fim, e em nome dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, o Senhor Comandante agradeceu o convite para estar presente nesta Assembleia, esperando ter sido esclarecedor. Agradeceu ainda à Junta de Freguesia de Almoester, à Junta de Freguesia de Pelmá, ao Senhor Presidente da Câmara e a todos aqueles que colaboraram naqueles dias de grande dificuldade. Frisou que fez tudo o que podia fazer e, se mais não fizeram, foi porque não conseguiram. Pediu, apesar da revolta e da tristeza das populações perante os bombeiros, que consigam amenizar e que consigam dizer às pessoas que os bombeiros continuam a ser os mesmos que estiveram na Bemposta há dois anos quando houve um incêndio e correu tudo bem. São os mesmos Bombeiros, são os mesmos Comandantes. As coisas nem sempre correm da melhor maneira, mas não é porque não se queira fazer as coisas bem, é porque não se consegue.-----

-----A Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira solicitou a palavra, tendo a mesma sido concedida pelo Senhor Presidente da Mesa e apresentou um voto de louvor por parte do grupo do Partido Socialista que se transcreve: *Vem o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Alvaiázere, na sequência da gravidade dos incêndios que atingiram o território do nosso concelho no passado mês de julho, mais concretamente as freguesias de Pelmá e Almoester, dizer e propor o seguinte: De modo geral, impõe-se evidenciar a enorme gratidão dos Alvaiazerenses, para com todas as entidades que colaboraram no combate aos incêndios ocorridos, nomeadamente Proteção Civil, forças de segurança (GNR), forças militares, associações, empresas e empresários locais, autarcas, cidadãos anónimos. E, mais concretamente aos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, pelo empenho, dedicação, espírito de missão e sacrifício que os caracterizam em todas as ocasiões, e aqui mais uma vez demonstrados neste referido cenário, é meritório expressar e endereçar um veemente agradecimento; Por conseguinte, deste modo impõe-se agradecer e enaltecer as qualidades pessoais e de abnegação de cada Mulher e cada Homem da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere que, com coragem, espírito de sacrifício e determinação combateram os incêndios que fustigaram o nosso território, muitas vezes para além dos próprios limites físicos e psicológicos e manifestar um especial agradecimento com desejos de plena recuperação ao bombeiro ferido a combater o fogo – Félix Marques. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS propõe: Voto de louvor e reconhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, e, por intermédio desta, a todos quantos contribuíram e defenderam a integridade física das pessoas e bens, nomeadamente nas freguesias de Pelmá e Almoester aquando dos incêndios aí ocorridos no passado mês de julho.*-----

-----Também o Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David já havia tecido considerações sobre este assunto.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa achou relevante o voto de louvor, frisando que estas catástrofes não escolhem cores partidárias. Mais propôs que este voto de louvor fosse aprovado com uma salva de palmas na presença do Senhor Comandante dos Bombeiros. Posto à votação o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.-----



-----Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu haver um conjunto de questões feito pelo grupo Movimento Vamos Alvaiázere ao qual o Senhor Presidente da Câmara iria responder, uma questão relativa, também, aos fogos e outra relativa à revisão do PDM concernente à Freguesia do Rego da Murta.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, mencionando que estas questões foram colocadas através da Mesa da Assembleia.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes. De seguida, começou por responder às questões explanadas. Considerando a importância de um Gabinete Técnico Florestal, disse que a Engenheira Florestal do Município estava de licença sem vencimento desde o dia 01/10/2021, acabando essa licença no dia seguinte à presente sessão, tendo sido pedido mais um ano de licença, que, de acordo com a lei, tinha sido concedido. Informou também que seria possível, em breve colmatar a falta de um Técnico Superior nesta área, uma vez que o Município não podia ficar desprovido de apoio nesta matéria. O Executivo tinha em vista fazer parceria com Associações Florestais para ter um apoio mais direto e mais consistente. Relativamente a ações por parte do Município para a prevenção dos incêndios, o Senhor Presidente da Câmara mencionou que houve limpeza de cerca de 60 hectares, tinha-se ido a todas as Freguesias com oficiais de segurança, promover "Aldeias Seguras, Pessoas Seguras", realizaram-se sessões de esclarecimento sobre medidas de autoproteção e sensibilização sobre incêndios florestais, tinham-se operacionalizado os pontos de água, todos os pontos de abastecimento do concelho. Iniciou-se procedimentos para a construção de mais três pontos de abastecimento, aéreos e terrestres, como aprovado em Assembleia quatro dias antes de começarem os incêndios. Houve, também, várias ações de fiscalização feitas pela GNR. Todas estas ações resultaram no contacto com os proprietários para que houvesse limpeza dos terrenos. No entanto, acrescenta que estas ações eram insuficientes dado a dimensão destes incêndios e das condições meteorológicas, apesar de considerar que tinha sido melhor tê-las feito do que não se ter feito nada. Existe um plano de ações previsto três eixos estratégicos: floresta, agricultura e habitação. Na parte florestal o interlocutor é o ICNF. A nível florestal, uma das hipóteses do que poderá ser a gestão da paisagem poderia passar por uma AIGP grande. No eixo relativo à parte agrícola, pese embora o que aconteceu em Palmá e em Almoester, existe uma preocupação muito grande com o que aconteceu com a cadeia de produção de azeite. Ao arder esta quantidade de oliveiras, que representava um complemento de rendimentos para inúmeras famílias, se não se conseguir pôr rapidamente o olival a funcionar, se as pessoas não forem motivadas a tratar as suas oliveiras para daqui a dois ou três anos poderem voltar a ter produção, dificilmente essas áreas irão ser agrícolas, poderão passar para uma exploração florestal, o que não se pretende. Tem havido um forte apoio da Direção-Geral de Agricultura e Pescas do Centro, com a pretensão de se criar uma relação mais estreita. É já uma pequena vitória, mas não apenas isso que se quer. Quer-se apoio técnico para que se consiga, junto das pessoas, explicar como é que elas conseguem dar a volta ao problema, para rapidamente terem produção. A nível de agricultura é este o trabalho que se



pretende fazer. Mais difícil mais morosa é a questão das habitações, mas não deixa de ser a luta mais desafiante. Existem cinco primeiras habitações ardidadas, dezoito primeiras habitações parcialmente ardidadas, vinte e quatro segundas habitações totalmente ardidadas e onze segundas habitações parcialmente ardidadas e cento e dez habitações devolutas. Aquando da visita da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, a mesma assegurou que as medidas de apoio para a habitação, equipamentos, infraestruturas municipais, agricultura e floresta "serão iguais em todos os territórios" nacionais, desde "que se incluam nos critérios de elegibilidade. O Senhor Presidente adianta que quando percebeu que tomou ações para pedir que o estado de calamidade fosse também declarado para o concelho de Alvaiázere uma vez que o impacto na floresta da Serra da Estrela é inferior ao impacto no concelho de Alvaiázere. Portanto, o Governo está muito atento a esta matéria. Não é fácil quer da parte do Governo libertar os fundos, quer permitir que os municípios o façam diretamente. Estas cinco habitações totalmente afetadas terão o apoio do Governo através do IHRU para a sua reabilitação. O Município entra com mais uma percentagem e o Privado entra com mais x por cento. E é este o modelo que se segue desde 2018, neste tipo de situação. O Executivo aguarda pelo dia 10 de outubro, o dia em que será apresentada pelo Governo a proposta do Orçamento de Estado, em que este valor será definido, o valor que o Governo disponibilizará para este fundo. Irá ser um compromisso político que todos terão que assumir. Ao Executivo compete fazer uma proposta, que será apresentada em Assembleia, quer sobre o modelo deste fundo, quer dos próprios valores. Relativamente a este tema, o Senhor Presidente da Câmara não pode adiantar mais. O Executivo está a trabalhar e está dedicado a este assunto. Em relação ao esclarecimento pedido pelo Movimento Vamos Alvaiázere relativo à Zona industrial do Rego da Murta, o que se pergunta é se existe algum pedido de alteração ao PDM, o PDM está em revisão na sua globalidade. Esta revisão ao PDM que está a ser feita contempla, sim, a Zona Industrial. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, após as explicações do Senhor Presidente da Câmara questionou aos restantes membros do Plenário se alguém pretendia intervir relativamente à questão em apreço e ainda sobre o ponto "Outros assuntos". Não houve quaisquer inscrições. --

-----Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

---- **Ponto 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Foi presente, na sessão, a informação n.º 11093, com data de 23/09/2022, do Senhor Presidente da Câmara, remetida aos Senhores Deputados .-----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém pretendia intervir em relação a este ponto. Não havendo quaisquer inscrições, passou-se ao ponto seguinte. -----

---- **Ponto 2 - Relatório semestral do ROC – Relatório sobre a situação económica e financeira semestral da Câmara Municipal de Alvaiázere por parte do Auditor Externo – alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual.** -----



-----A Assembleia tomou conhecimento do relatório semestral do ROC- Relatório sobre a situação económica e financeira semestral da Câmara Municipal de Alvaiázere por parte do Auditor Externo – alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual-----

----- -- O relatório deu-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma, devidamente rubricado pelos membros da mesa desta Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto 3 - Alteração Orçamental Modificativa - 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2022.** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, o ponto foi posto a votação e foi deliberado, por maioria, com seis abstenções do Partido Socialista - Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, Senhora Deputada Ana Maria Nunes Rodrigues, Senhora Deputada Fernanda Freire Simões Alves, Senhor Deputado José de Freitas Simões, Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves: -----

Aprovar a Alteração Orçamental Modificativa - 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2022.-----

-----Os documentos da alteração orçamental modificativa, dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar, rubricados pelos membros da mesa da Assembleia e anexada a esta ata.- -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

----- **Ponto 4 - Procedimento concursal para recrutamento de dirigente intermédio de 3.º grau – Proposta de constituição de júri.** -----

-----Não havendo intervenções o ponto foi posto a votação e foi deliberado, por maioria, com seis abstenções do Partido Socialista - Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, Senhora Deputada Ana Maria Nunes Rodrigues, Senhora Deputada Fernanda Freire Simões Alves, Senhor Deputado José de Freitas Simões, Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves: -----

Aprovar a proposta de constituição de júri para o procedimento concursal para recrutamento de dirigente intermédio de 3.º grau.-----

----- **Ponto 5 - Protocolo de Cooperação entre o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere.** -----

-----Também relativamente a este ponto não houve nenhum membro interessado em intervir, pelo que foi desde logo posto à votação, sendo que foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesias São Pedro, Paulo Sá Oliveira, do Partido Socialista:

Aprovar o Protocolo de Cooperação entre o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere -----



----- **Ponto 6 - Pedido de apoio no âmbito do Regulamento de Apoio às Freguesias –**

II Festa da Maçã. -----

-----No que concerne a este ponto também não houve quaisquer inscrições, sendo sujeito a votação e sendo aprovado por unanimidade: -----

Aprovar o pedido de apoio no âmbito do Regulamento de Apoio às Freguesias – II Festa da Maçã.

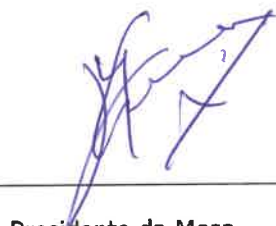
----- **Ponto 7 - Estratégia Local de Habitação de Alvaiázere.** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, o ponto foi posto a votação e foi deliberado, por maioria, com seis abstenções do Partido Socialista - Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, Senhora Deputada Ana Maria Nunes Rodrigues, Senhora Deputada Fernanda Freire Simões Alves, Senhor Deputado José de Freitas Simões, Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves: -----

Aprovar a Estratégia Local de Habitação de Alvaiázere. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão da Assembleia Municipal, às vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal



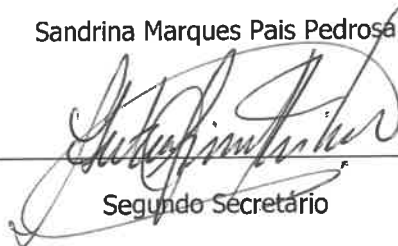
Presidente da Mesa

Carlos Manuel Rosa da Graça



Primeira Secretária

Sandrina Marques Pais Pedrosa



Segundo Secretário

António Simões Ribeiro



